

Tornando-se “outro homem”: formações da masculinidade numa leitura centrada na pessoa

Becoming "another man": formations of masculinity in a person-centered reading

Carlos Roger Sales da Ponte¹ 

1. Mestre em Filosofia e em Psicologia. Doutor em Filosofia.
Universidade Federal do Ceará
E-mail: roger.ponte@sobral.ufc.br

Dossiê - Abordagem Centrada na Pessoa: Ciência e Profissão

Resumo:

Usando de um expediente estilístico de escrita ensaística, busco descrever, neste estudo teórico-reflexivo, como se dão as formações de masculinidade hegemônica em uma leitura dentro do escopo conceitual da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP). Para tanto, passo em revista algumas reflexões críticas sobre este tipo de masculinidade em suas formações históricas e subjetivas que constituíram o modo de “ser homem” tal como hoje ainda é compreendido; teço uma caracterização concisa da ACP enquanto uma proposta de relação de ajuda psicoterapêutica que intenciona ampliar a compreensão das relações humanas como *lócus* privilegiado de enriquecimento pessoal e coletivo; por fim, confronto tais reflexões com a teoria da personalidade e do comportamento de Carl R. Rogers, criador da ACP, especialmente no que concerne à formação do “eu” e do comportamento resultante, para daí pensar como esta abordagem psicológica poderia sugerir/propor outros modos mais saudáveis de “ser homem” para além do machismo estrutural e do patriarcalismo imbrincados na cultura ocidental.

Palavras-chave: Carl Rogers; Masculinidades; Machismo; teoria da personalidade.

Abstract: Using an essayistic writing style, I seek to describe, in this theoretical-reflective study, how hegemonic masculinity is formed within the conceptual scope of the Person-Centered Approach (PCA). To this end, I review some critical reflections on this type of masculinity in its historical and subjective formations that constituted the way of “being a man” as it is still understood today; I weave a concise characterization of PCA as a proposal for a psychotherapeutic helping relationship that aims to broaden the understanding of human relationships as a privileged locus of personal and collective enrichment; Finally, I compare these reflections with the personality and behavior theory of Carl R. Rogers, creator of PCA, especially with regard to the formation of the “self” and the resulting behavior, in order to consider how this psychological approach could suggest/propose other healthier ways of “being a man” beyond the structural male chauvinism and patriarchy embedded in Western culture.

Keywords: Carl Rogers; Masculinities; Male chauvinism; personality theory.

Introdução

O modo como os homens sentem/pensam/agem em nossa cultura, desde que seus comportamentos viraram alvo de críticas nas discussões sobre as relações humanas e de gênero, tem caminhado para uma não-aceitação desta formatação de hábitos e afetos com suas raízes historicamente patriarcais, misóginas e machistas. Isso porque no imaginário social corrente e secular (e considerado “natural”), atribui-se aos homens características que não poderiam ter semelhança nem com a mulher ou com o homossexual (encarado aqui na sua faceta preconceituosa de “afeminado”). Isto é, os homens teriam que mostrar/desempenhar/viver formas de

liderança, racionalidade, força física, destreza, coragem, competitividade, pouca afetividade, virilidade, etc., enquanto as mulheres deveriam ser cuidadoras, recatadas, frágeis, flexíveis, delicadas, emocionais, subordinadas - o oposto da figura masculina [...]. (Paula; Rocha, 2019, p. 83).

Portanto, uma “educação” com um claro ideário misógino e, repito, visto como algo “biologicamente” próprio ao homem. Ele não poderia ser de outro modo.

Desnudar e desnaturalizar tais formas históricas do que seja a vivência dos “masculinismos” (o termo é intencionalmente pejorativo); iniciar um processo de introspecção entre os próprios homens, buscando pensar/viver outros modos de vida para além do patriarcalismo de séculos, é uma tarefa árdua; porém, urgente. E ela aponta para a disrupção de um si mesmo que tenderia a deixar de ser um “macho”, indo em direção a um “jeito de tornar-se um outro homem”¹.

¹ Durante todo o texto, os termos “homem”, “masculino” e “masculinidade”, se alternam ora no singular, ora no plural. Estes termos não pretendem ressaltar algum tipo de “universalização” a priori. Minha pretensão, no decorrer deste escrito, foi estar atento à questão da pluralidade, da diversidade dos atravessamentos interseccionais que envolvem a “masculinidade”, tentando perceber (ou, pelo menos, criar) modos de vida em que esta “categoria”, por assim dizer, dificilmente poderá esgotar as possibilidades que nela podem ser identificadas.

Parafraseando Belchior, é um dar-se conta de um passado cuja roupa não tem servido mais no público masculino, exigindo outros modos de subjetivação no presente. No que toca aos relevantes debates das questões de gênero atualmente em curso (sobretudo encabeçado pelo pensamento feminista), a imagem conservadora do homem tem entrado em crise, forçando-os a um processo de inversão de papéis, refazendo-os e minando gradativamente valores patriarcais antes muito sólidos e inquestionáveis. Assim, os homens têm procurado (ou pelo menos uma parcela deles) novas formas de “se tornarem homens”.

Exposto brevemente o campo por onde desejo transitar, me ponho numa trilha crítico/compreensiva a partir da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), idealizada pelo psicólogo estadunidense Carl R. Rogers (1902-1987), para adentrar a temática da masculinidade. Por outras palavras, uma coisa é receber um homem em psicoterapia se queixando de suas próprias posturas masculinas, sentindo que tudo o que aprendeu está em franca contradição com o que vem experienciando na sua atualidade existencial, apresentando-lhe angústias, insatisfações, tristezas. Outra coisa diferente é falar dessa masculinidade à luz do arcabouço teórico da ACP, que é tema inusual dentro desta corrente psicológica, uma vez que Rogers não a discute detidamente durante sua trajetória. Portanto, as reflexões que se seguem são de caráter introdutório pelo viés acepistas.

Todavia, estudiosos da ACP poderiam objetar aqui o livro que Rogers escreveu sobre relações maritais (1990) no qual ele coligiu e discutiu várias entrevistas com casais onde estes relatam suas experiências tendo o casamento como horizonte vivencial. Rogers escreve que nessa obra serão encontrados

relatos íntimos e significativos de relacionamentos entre um homem e uma mulher tais como são realmente vividos - com todas as suas tragédias, as suas fases de enfadonha estabilidade, os seus momentos ou períodos de êxtase, e exemplos que se multiplicam de emocionante desenvolvimento. (Rogers, 1990, p. 13).

Outro texto rogeriano seria o capítulo “A revolução no casamento e no companheirismo” que se encontra no livro *Sobre o Poder Pessoal* (Rogers, 1986) e que é posterior à obra acima mencionada. Também aí o foco são as relações matrimoniais. Em ambos os escritos, Rogers não está preocupado em discutir os papéis e/ou performances de gênero, mas discute como o “estar casado” influencia na dinâmica das relações pessoais e o crescimento dos parceiros envolvidos, tendo como viés interpretativo a ACP.

É claro, uma releitura destes textos e relatos (que pode ser feita posteriormente), imerso num horizonte hermenêutico das relações de gênero e atravessado pelas influências de um modelo heteronormativo e hegemônico, e que poderiam estar condicionando os fenômenos que o autor vislumbrou, nos dariam mais elementos para uma discussão dentro da ACP contemporânea indo além da perspectiva do próprio Rogers.

Entretando, e em busca de modos de compreensão de masculinidades mais condizentes com as demandas contemporâneas, creio, apesar de Rogers não ter olhado para tais temáticas, que a ACP pode ter algo a dizer sobre estas construções subjetivas. Se não sobre “o que é ser masculino”, talvez aponte para um “tornar-se masculino”, haja visto que o íntimo diálogo entre teoria e prática nesta abordagem caminham numa tensão preme para novos conhecimentos que sejam alinhados às atuais formas geradoras de sofrimento para os homens. Coloco-me, assim, numa vereda crítico-reflexiva que toma a ACP enquanto uma teoria das relações humanas; ou, mais especificamente, como um amplo território de uma *ética de relações humanas*, como nos lembra Amatuuzzi (2010).

Dito isso, pretendo passar em revista, em primeiro lugar, algumas reflexões críticas sobre a masculinidade hegemônica em suas formações históricas e subjetivas que constituíram o “ser homem” que nos é bastante familiar. Em seguida, confrontar estas interpretações com a teoria da personalidade de Rogers no que toca em particular a formação do “eu” e do comportamento, tecendo novas

perspectivas acerca da subjetividade masculina (hegemônica) e como a ACP poderia pensar outros modos de ser para além dos modelos “masculinistas”, advindos das “pessoas socialmente significativas” (termo rogeriano usualmente traduzido para o português como “pessoas-critério”), e que são decididamente adoecedores do homem (Rogers & Kinget, 1977).

A pergunta que talvez expresse melhor o intento deste escrito seria: que tipo de experiência de masculinidade poderia ser mais “saudável”, desintoxicando o homem de uma imagem desgastada, podendo fazê-lo sentir-se mais pleno como um “outro homem”? Tento pensar as masculinidades à luz de um exercício reflexivo como uma provocação à ACP, enquanto teoria das relações humanas.

A partir do título deste texto, advirto a quem ler este escrito que se trata de um ensaio reflexivo ao tema. Entendo ensaio como uma modalidade de escrita acadêmica que não se atem aos clássicos procedimentos de coleta e análise de dados (bibliográficos ou empíricos); não se propõe a apresentar resultados conclusivos e generalizáveis/replicáveis; não está inscrito em um horizonte maior de projeto de pesquisa, mas se trata de um estudo pontual que intenciona provocar reflexões para além daquilo que está disponível e tomado como dado em uma comunidade (centrada na pessoa) e que, por isso, busca uma sustentação em argumentos lógicos para conduzir um assunto (Pêssoa, 2024), a saber: as formações de masculinidade em uma leitura centrada na pessoa.

Tais discussões e reflexões me impactam pessoalmente por eu mesmo ser um homem branco cishétero: estou submetido como objeto de minha própria crítica. E não somente em algo que tocaria tão-somente à minha personalidade restrita numa subjetividade privada. Aqui nada há de “individual” ou de “vivência pessoal” apenas. Mas colocar em jogo a estrutura discursiva que me permite o reconhecimento como inserido no gênero “masculino” com todas as “vantagens” que elas me proporcionam e que “moldam” a formação mesma da minha personalidade.

Expor a estrutura da masculinidade tipicamente machista é adentrar num horizonte histórico de múltiplas nuances. Como isso não me impactaria nos meus modos de ser/viver como homem? O risco de experimentar incômodos, angústias, solidão, são altos! Praticamente, uma certeza! Porém, por que não encarar o ultrapassado em mim e me entregar, vivencial e criticamente, ao devir que também caracteriza meu ser, ao abraçar a possibilidade de pensar/existir um “tornar-se outro homem”?

II

Início com uma canção/poema:

- Ô mãe, me explica, me ensina, me diz o que é feminina? - Não é no cabelo, no dengo ou no olhar, é ser menina por todo lugar. - Então me ilumina, me diz como é que termina? - Termina na hora de recomeçar, dobra uma esquina no mesmo lugar.
E esse mistério estará sempre lá. Feminina menina no mesmo lugar.
(Joyce, 1980)

Este é um trecho da canção “Feminina” que está no álbum homônimo lançado em 1980 pela cantora carioca Joyce. O poema traz nela uma necessidade de se olhar/dizer, de traduzir o que é ser uma “menina”; ser “feminina”, como reza o título. A trama poética possui o ritmo inquieto do samba: parece mostrar uma vontade grande de se reconhecer, de dar nomes, destravar afetos e pensamentos talvez misturados; confusos; tentando reconhecer alguma familiaridade; desenhar contornos; alguma imagem que tenha força suficiente para poder se dizer; identificar-se trazendo significados vitais.

Detalhe: a cantoria não é um monólogo. Toda essa gama de experiências querendo encontrar palavras se faz num diálogo entre a filha e a mãe, em mútua provocação. E tudo é realmente uma grande necessidade, pois a mãe responde à filha, dizendo: *“Não é no cabelo, no dengo ou no olhar, é ser menina por todo lugar”*. E: *“Termina na hora de recomeçar, dobra uma esquina no mesmo lugar.”*, deixando, ao final, sem uma resposta definitiva de como seria o modo de “ser feminina”: *“E*

esse mistério estará sempre lá/Feminina menina no mesmo lugar". Podemos depreender daí que esse querer-saber (da filha) é mediado/perpassado por um "outro" que, supõe-se, já fez essa travessia experiencial² e poderia contar algo a respeito da própria condição feminina (na canção esse outro é a mãe).

Provocado por essa canção e pelas forças em ação que compõem formas de nos dizer quem somos ou poderíamos ser, pergunto: "o que pode ser um homem?". Se estamos sempre em contato com a alteridade (o mundo; a cultura como singularidades radicalmente maiores, por assim dizer), e ela sendo crucial para poder permitir nomear a nós como sujeitos, o mesmo vale para definirmos uma identidade de gênero e, mais ainda, como a vivemos dentro dos contornos complexos desenhados por nós e pela cultura. A própria pergunta (no ato mesmo de enunciá-la) mostra que os modos de vida do que é "ser mulher" e "ser homem" não estão dados de uma vez por todas ou seriam "inquestionáveis", tendo sido colocados em dúvida, pois na contemporaneidade

as mudanças sociais que as mulheres conquistam levam os homens a pensarem mais sobre suas identidades; afinal, o controle simbólico ao qual elas eram submetidas vai se desfazendo e eles são levados a reflexões ainda mais profundas sobre o que é ser homem, abrindo espaço para a formação de uma nova identidade masculina [...]. (Paula; Rocha, 2019, p. 84)

E sendo mais direto,

² Experiência, afinal, remete a uma travessia por regiões nunca percorridas. Bondía (2002), numa interessante reflexão acerca da polissemia do que seja "experiência" e de que autênticas experiências possam acontecer conosco, o autor nos diz que ela é, antes de tudo, algo que *nos acontece, nos atravessa e nos toca*. Um acontecimento que, longe de ser algo planejado ou sinônimo de experimento, traz consigo um saber ao mesmo tempo finito (inconcluso) e encarnado (que tem a ver com a vida mesma do humano), haurido numa travessia, pois o "sujeito da experiência tem algo desse ser fascinante que se expõe atravessando um espaço indeterminado e perigoso, pondo-se nele à prova e buscando nele sua oportunidade, sua ocasião. A palavra experiência tem o ex de exterior, de estrangeiro, de exílio, de estranho e também o ex de existência. A experiência é a passagem da existência, a passagem de um ser que não tem essência ou razão ou fundamento, mas que simplesmente "ex-iste" de uma forma sempre singular, finita, imanente, contingente. [...] Tanto nas línguas germânicas como nas latinas, a palavra experiência contém inseparavelmente a dimensão de travessia e perigo." (Bondía, 2002, p. 25)

[...] o poder masculino é uma construção histórica, e não uma determinação biológica, como se acreditava. Houve uma desnaturalização dessas construções, fortemente evidenciada pelos movimentos sociais da década de 1960, nos quais esses sentidos pré-construídos foram deslocados [...]. (Bonácio, 2012, p. 238)

Ser “homem” ou ser “mulher” não guarda uma essência *a priori*, antes de virem a existir concreta e historicamente neste mundo. Tais “naturalizações” vêm sendo colocadas sob forte crítica há tempos. Nessa encruzilhada de questionamentos para novas formas de viver, reafirmar uma masculinidade autoritária e amoral tem deixado de ser uma alternativa viável de viver como homem. Por outras palavras, despir-se de um modo que já vem caducando de “masculinidade”, o qual necessitava a todo instante ter que reafirmar sua virilidade dominadora (ou até mesmo beligerante), para abraçar, abrir-se à possibilidade de tornar-se um outro homem, repensando seus lugares nas relações, seus tradicionais papéis masculinos. Alguém com temores, fragilidades e sentimentos.

A discussão das masculinidades, para além de naturalismos inexistentes, implica na procura das estruturas construídas a partir de longas aprendizagens histórico-sociais que levou às formas que as relações de gênero detêm. Não há “essencialismo biológico” que, como nos diz com fina ironia Renata Corrêa (2022),

parece uma anedota de salão; é sempre defendido em mesas de bar, festinhas e eventos sociais por pessoas que querem ser ‘contra a corrente’, combater o ‘politicamente correto’ e dizer a ‘verdade’. E essa verdade seria que a natureza é sempre boa, correta, quando a natureza não faz juízo moral de nada. (p. 31)

Comumente as descrições de gênero tem por base a diferença anátomo-biológica referentes ao macho e a fêmea da espécie humana. Essa descrição aponta tão-somente que existem diferenças factuais. Todavia, a identificação atribuída, ainda que inicialmente biológica, chama todo um enorme esforço

histórico e cultural de definições construídas das masculinidades e feminilidades. E é com elas que se condicionou dizer quem é o “homem” e quem é a “mulher” e o que “caberia” a cada um, segundo tais diferenças. Segundo Paula e Rocha (2019),

os dados biológicos por si só não garantiriam o desenvolvimento de todas as características atribuídas aos homens, a família e o meio social deveriam ser encarregadas de inculcar neles tudo aquilo que se esperava de um ‘verdadeiro homem’. (p. 83)

A mesma lógica se aplica ao que se esperaria de uma “verdadeira mulher”. E se há diferenças entre ambos, as relações serão lastradas na *desigualdade*, onde se gestou uma submissão do corpo feminino em relação ao corpo masculino. Então, “gênero” não é um conceito “já dado” ou “óbvio” por conta de alguma herança biológica da espécie já definida “pela natureza”. Mais correto dizer, aponta para uma dimensão relacional. Não há nada de “natural”, mas historicamente criado. Humanos não são seres “oprimidos por seus instintos”. Com maior verdade, são seres autoconscientes que não cansam de conceber uma variedade imensa de modos de viver. Uma vez mais, nada há de biológico nisso.

O modo de ser “homem”, assimilado em grande parte das famílias e nas instituições escolares, delineia sutil e continuamente o *machismo estrutural*, que é uma série de papéis sociais aprendidos e que imputam formas de “como um homem deve ser”, incluindo a ideia de que existiria um “direito de posse” dirigido à mulher: seu corpo e sua vida; cabendo a ela se conformar a esse papel subserviente também a ela imposto pela cultura familiar, social e religiosa.³

E isso é tanto verdade que essa masculinidade hegemônica tem sempre um componente de negatividade em relação a tudo que é comumente atribuído a comportamentos tipicamente femininos. Ou seja, é ao mesmo tempo misógina

³ Um exemplo radical e, porque não dizer, grotesco, foi o Projeto de Lei 1904/2024 apresentado na Câmara dos Deputados em junho de 2024, que ficou conhecida como “PL do aborto” ou “PL do estupro”, o qual imputava crime de homicídio à mulher que interrompesse a gestação em caso de estupro.

e homofóbica (já que o homossexual é alvo de um olhar preconceituoso de ser alguém afeminado; um “símile da mulher”), que objetifica sexualmente as mulheres como forma comprobatória da vivência e masculinidade. Assim, essa hegemonia masculinista é um lento processo de socialização que a pesquisadora e psicóloga Valeska Zanello (2022) nos lembra com a metáfora da “casa dos homens”, criada e elaborada por Daniel Welzer-Lang em 2001.⁴

Segundo essa metáfora, trata-se de um lento e efetivo aprendizado social onde os homens, gradativamente aprendem que eles devem estar sempre numa posição hierarquicamente superior às mulheres, performando constantemente uns aos outros, distanciando-se o máximo possível de quaisquer características tradicionalmente relacionados às mulheres ou homossexuais. Ou seja, eles aprendem a serem machistas, misóginos e homofóbicos. Em suma, essa construção relacional é pautada na subjugação e objetificação da mulher, e da cumplicidade irrestrita entre os homens para eles “entrarem” e continuar vivendo nesta “casa” com todos os privilégios inclusos. (Zanello, 2022)

Vê-se aí uma constelação complexa de longínquas valorações culturais que estabeleceram, ao longo de séculos, uma estrutura cultural patriarcal forjada na base da desigualdade relacional. Esse patriarcalismo, como se pode depreender, não costuma ser criticado pelos homens. Em parte, porque numa sociedade sob essas características, sem dúvida são eles os mais beneficiados, uma vez que entre os próprios homens há vários jogos performáticos onde são mutuamente reconhecidos em suas relações objetificantes, pois, de acordo com Zanello (2022) “a carteirinha da capacidade de objetificação das mulheres terá que ser exibida muitas vezes no decorrer da vida para que seja possível ser aceito e pertencer ao grupo dos homens” (p. 94).

⁴ O artigo de Welzer-Lang, “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia”, onde ele descreve essa metáfora está disponível em português e acessível na web: <https://www.scielo.br/jj/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/abstract/?lang=pt>

De outra parte, o patriarcalismo, por não ser submetido a uma severa autocrítica de suas estruturas opressoras, faz com que os homens não percebam que eles também são oprimidos, pois a exacerbação desta identidade masculina traça um horizonte de *violência* não somente contra as mulheres, mas também, contra os próprios homens que tem de, violentamente, “se integrar” no mundo pela auto imposição de um modelo heteronormativo chancelado pelo trato social, desenhando os contornos de sua autoimagem e de seu “eu”.

O acúmulo de estímulos patriarcais que carregam na tinta a imagem masculina toda-poderosa é a vivência constante de um excesso de exigências de performatividade de papéis e valores constituídos, e depois por autocobranças, haja visto que a simples biologia (nascido “macho” da espécie) não garantem o perfil imputado das características atribuídas aos homens. Os “masculinismos” são uma *hiperexigência* não só com os homens, mas também ao mundo para que ele “se adeque” a esse tipo perverso de Cama de Procusto.⁵

Rosostolato (2018) nos mostra a imagem de um “homem cansado”, posto que massacrado por uma formação identitária de gênero com regramentos e normatizações permeadas na ideia de uma virilidade heterossexual, onde não há espaço para demonstração de fraqueza. Esse machismo violento

é o lugar ao qual o sistema hegemônico e patriarcal posiciona os homens. Um lugar de aparente privilégio, mas que silencia a sua autonomia e cobra dele um preço muito alto, tornando-o refém, escravizado, negligenciado e sufocado. (Rosostolato, 2018, p. 67)

⁵ Procusto, tal como é descrito na mitologia grega, foi um tipo de criminoso que oferecia hospedagem a viajantes que passavam perto de sua casa. Porém, as intenções de Procusto eram bem outras do que a cortesia oferecida: ele prendia essas pessoas a uma cama e, se a pessoa fosse maior que a cama, ele amputava seus pés ou a cabeça; se ela fosse menor, Procusto encontrava algum jeito de “esticar” o corpo da vítima. De um jeito ou de outro, a intenção sempre era fazer com que a pessoa ali supliciada tivesse que caber nas medidas exatas da cama. O interessante é que, segundo o relato mítico, aparentemente *ninguém* que ele capturasse cabia nas medidas da cama! Ou eram menores ou maiores, o que impulsionava Procusto a continuar suas torturas.

Paradoxalmente, seu lugar de fala é roubado pela mesma cultura machista que o beneficia: falar de si e falar do que sente vão minguando até quase desaparecer. Qual espaço/momento em que seria possível uma reconexão dialogal consigo e com a alteridade; isto é, para acolher as multiplicidades das relações em geral, ampliando perspectivas de viver? A meu ver, esse não é um problema que se coloca apenas do ponto de vista de uma subjetividade privatizada, mas da qualidade das interrelações com o mundo da vida. Urgente seria um outro lugar de fala diferente daquele *lugar opressor* que lhe é tão familiar porque “possui privilégios e desfruta de poderes” (Rosostolato, 2018, p. 63). Com tanta gana no patriarcalismo em falar, instaurar e manter seu poder e submissão, qual lugar o homem tem para *se ouvir* de outras formas onde pudesse imaginar outras formas de viver? Só há silêncio.

Num contexto de silenciamento da expressão dos afetos, é aqui que se encontra, a meu ver, a maior potência da ACP: não como modelo teórico-interventivo clínico e explicativo do processo psicoterapêutico (sua face mais conhecida). No que diz respeito ao que trago aqui, a masculinidade hegemônica pode ser escutada em suas facetas e questionada, tanto como formação cultural (e onde a interrelação com as feminilidades é incontornável e inestimável), e, por consequência, como formação de subjetividades (da personalidade, diria Rogers) masculinas a partir de grupos que replicam os modelos “masculinistas”.

III

Aquilo que se convencionou chamar de *Abordagem Centrada na Pessoa*, foi o nome dado por Carl R. Rogers para a vertente em psicologia por ele criada e desenvolvida nos EUA em meados do século XX, oriunda, sobretudo, de sua experiência clínica ao longo de mais de 40 anos de atuação, além de pesquisas empíricas que atestaram sua proposta interventiva. Também esteve à frente como um dos militantes do chamado movimento humanista em psicologia nos

EUA⁶ e foi um dos que mais colaborou para o conhecimento e aprofundamento da prática da psicoterapia, promovendo uma relevante modificação em como se concebia a relação de ajuda e, mais tarde, para uma compreensão ampliada das relações humanas e suas potencialidades de enriquecimento pessoal e coletivo.

Em termos bem gerais, para Rogers (2020), o papel do terapeuta é o da promoção de condições de facilitação da construção existencial do paciente, confiando que este, respirando uma atmosfera promotora de encontro dialogal, há de se mover na direção de um enfrentamento daquilo que vem lhe trazendo sofrimento, conferindo novos significados. Rogers delinea um tipo especial de conjunção de comportamentos⁷ e experiências dialogais que sejam solo para outras experiências mais profundas e que podem ser alvo de atenção *experencial* por parte do paciente.

A psicoterapia, digamos, é um processo de destruição de ilusões as quais foram tomadas como valores e solos seguros onde a existência do humano transcorria, aparentemente, sem maiores problemas. No entanto, durante o processo de narração de sua própria história, o paciente percebe, aos poucos, que muito de sua percepção da vida talvez não volte a ser como antes; e o que considerava inabalável, estável, começa a deixar de sê-lo. Assim descrito, o processo psicoterápico, muito mais do que um mero conjunto de técnicas de intervenção, oportuniza uma relação interpessoal que não seja de dependência, e sim de partilhamento de experiências com vistas à autonomia e responsabilidade do humano por seu próprio existir, possibilitando mudanças de acordo com suas necessidades emergentes.

⁶ Para um aprofundamento da história e características deste movimento, remeto o leitor aos artigos de Carpintero.; Mayot; Zalbidea (1990); Henao Osorio (2013); e ao livro de Belmino (2022).

⁷ Que são as conhecidas “condições facilitadoras” postuladas pelo autor após longas pesquisas de como é o processo interno da psicoterapia e que, segundo ele, seriam necessárias e suficientes para o estabelecimento de uma relação de ajuda que fosse efetivamente terapêutica. Inúmeros são os textos rogerianos e pós-rogerianos que as descrevem em minúcias. Por isso, me eximo de as colocar aqui novamente. Para o leitor pouco afeito a essa construção conceitual das condições facilitadoras, recomendo o clássico artigo de Rogers (2020) que versa sobre as mesmas.

Neste momento, para empreender a via crítico-reflexiva imersa na ACP, enquanto uma teoria das relações humanas, preciso resgatar algumas teses da teoria da personalidade desenvolvida por Rogers e pensar, a partir dela, que fatores tornaram possível a emergência do modo de ser da personalidade “masculina”, resgatando e dialogando com as reflexões feitas anteriormente sobre o machismo estrutural. E ainda, que reposicionamentos podem ocorrer, sob a perspectiva da ACP, diante dos significados do que é “ser homem”.

IV

Na década de 1950, Rogers (1992) desenvolveu uma teoria da personalidade e do comportamento, onde apontou, em minúcias, como esta mesma personalidade se organiza, como se desorganizaria e como se reestruturaria. O objetivo foi descrever a dinâmica psicológica onde incidiria a ação da psicoterapia centrada no cliente. Afinal, como compreender as mudanças comportamentais dos pacientes em terapia sem uma teoria da personalidade que lhe servisse de suporte? Assim, Rogers, ao mesmo tempo em que aprofundava suas pesquisas das intervenções clínicas (ampliando conceitualmente a Terapia Centrada no Cliente), também refletia a respeito da dinâmica do desenvolvimento da personalidade de inspiração epistemológica funcionalista e organísmica, numa grande construção teórico-prática entre as teorias de terapia e da personalidade e do comportamento.

Essa complexa elaboração da dinâmica constitutiva da personalidade forneceu à Terapia Centrada no Cliente subsídios para uma compreensão ampliada da relação terapêutica. Com este pano de fundo, pode-se afirmar que, quaisquer acontecimentos culturais, históricos, sociais (concretamente vividos na imanência da vida) que atravessassem o humano, seja na sua constituição ou desorganização de seu modo de ser/existir no mundo, a teoria da personalidade elaborada por Rogers, em tese, poderia servir de suporte explicativo básico para

compreender o impacto e o alcance daqueles acontecimentos na história de vida individual do humano.

Nesta teorização da personalidade, um aspecto que chama atenção é a concepção gestáltica e organísmica que Rogers tem dos aspectos constituintes da personalidade. Ele não fala de “instâncias psíquicas”, mas de uma dinâmica de autorregulação entre o organismo e suas percepções em ambiente vital, nas reiteradas tentativas por se adaptar e autorrealizar. Assim, se o humano é primordialmente um organismo, isto é, uma entidade que se empenha num modo autorregulatório com o ambiente, ele só o pode fazê-lo dentro de um emaranhado de acontecimentos externos que incidem em suas experiências, constituindo então o que Rogers chamou de campo fenomenológico. Este campo é vivenciado pelo organismo como sua “realidade”, pois delimita sua percepção acerca das experiências que o atravessam, criando, por assim dizer, seu “mundo”. O comportamento em si é fruto desta relação organismo e campo, visando a satisfação de suas necessidades. (Rogers, 1992)

A consciência, por seu turno, é o resultado de uma complexa trama de experiências que atravessam o organismo, as quais são potencialmente disponíveis a se tornarem simbolizadas, isto é, encontrarem uma expressão de linguagem e significados para o humano. Logo,

a consciência é uma função epistêmica do organismo que opera no reconhecimento do que está acontecendo nele e no ambiente, de maneira a contactar o que se sente (vivência) e elaborar um conteúdo simbólico que atribui significado (conteúdo) ao sentido (vivido)”. (Castelo Branco, 2019, p. 16)

Nesta dinâmica relacional-perceptiva de organismo/ambiente, forma-se gradativamente uma espécie de conceito de si mesmo, “noção de eu”, ou *self*. Basicamente, ele é fruto das interações entre as dinâmicas internas (percepção/consciência das experiências do campo) e injunções externas (valores socioculturais derivados dos processos grupais de nossas experiências, inseridas

em seu recorte histórico específico). Dito isso, o *self* (ou a noção do “eu”) é uma *gestalt* de percepções e conceitos que o humano faz de si mesmo em estreita interrelação às demandas externas dirigidas a ele. A formação da noção do “eu”, em Rogers, constitui a base da personalidade, pois

“essas intersecções [organismo e campo] são pautadas por experiências coletivas, valores sociais e conceitos que são introjetados através de diversos meios por todos os momentos da vida. Assim, o indivíduo mediante a sua experiência e o que sucede dela (campo fenomenológico e self) é afetado por isso. (Lima; Castelo Branco, 2023, p. 26)

Quando estas afetações (que são particularmente significativas, constituindo a condição humana em meio às relações socioculturais nas quais sempre está inserido) ocorrem de forma “introjetada” (não totalmente elaboradas pela consciência), o que resulta é um *Eu ideal* que guarda contornos mais acentuados com as influências externas, justamente pela necessidade de consideração positiva condicional que não permite a perda do afeto, da aprovação, do reconhecimento e do amor dos grupos a ele afeitos. Rogers chama tais grupos de “pessoas socialmente significativas”⁸, pois são aquelas instâncias sociais que são consideradas importantes na existência do humano e, por isso, servem de balizadores avaliativos deste. Vê-se, assim, que a constituição da noção do “eu” é um processo pautado nas interações com o mundo; na imbricada dinâmica de diferenciação e modelação com tantos “outros eus” com os quais nos relacionamos a vida inteira. (Rogers & Kinget, 1977)

Como não consegue reconhecer que parte de si mesmo foi (e muito provavelmente continua sendo) construído por valores e modelos de conduta daquelas pessoas socialmente significativas, e como estes valores jamais são questionados quanto à validade para sua vida, o humano crê que qualquer mal-

⁸ A tradução brasileira optou pelo termo “pessoas-critério” para a expressão inglesa “*significant social other*”. Todavia, por considerá-lo pouco claro, decidi por uma tradução aproximada à língua inglesa e que não foge ao significado corrente na psicologia rogeriana.

estar que decorra da vivência destas valorações deva estar alhures; o que não passa de uma reação defensiva para manter seu *Eu ideal* em segurança. Bem entendido, tal constituição valorativa é explicitada por Rogers (1992; Rogers & Kinget, 1977) quando ele nos informa que, quando a assimilação das condições de valor é organizada tendo a prevalência o exame acurado a partir da experiência organísmica do humano, um *Eu-Real* se forma. Quando se imprime uma distância daquelas vivências mais congruentes consigo e seu modo de ser/se comportar passa a se regular tendo como suporte valores alheios (daquelas pessoas socialmente significativas), o *Eu-Ideal* toma lugar.

Essas condições de valor são determinadas pelas pessoas-critério [pessoas socialmente significativas]. Estas são as que o sujeito tem como modelo e de quem gostaria de ter uma aceitação. Ao longo da vida, elegemos várias pessoas-critério as quais exercem grande influência sobre nós. A aceitação dos valores considerados importantes por uma pessoa-critério é introjetada podendo causar uma confusão de valores, pois o sujeito passa a julgar como bom ou ruim o que a pessoa-critério julga bom ou ruim, deslocando, assim, o centro de autoavaliação da percepção interna para a externa da pessoa-critério. (Lima; Castelo Branco, 2023, p. 27)

Por outras palavras, a necessidade de consideração positiva de si, quando baseada nos critérios de aceitação das pessoas socialmente significativas, fará com que o homem acate aqueles critérios como crivo maior de sua experiência, incluindo julgamentos que faz de si mesmo, aprovando ou não seu comportamento. Essas autoavaliações são, em verdade, reflexos direto de seu meio sociocultural.

E, sejamos justos, o homem funciona congruente com seu meio (campo fenomenológico), pois faz todo sentido para ele, uma vez que os valores histórico-culturais hegemônicos que são continuamente reproduzidos pelas pessoas socialmente significativas com relação ao que significa "ser homem" no Ocidente (e que expus concisamente no tópico II deste texto), moldam seu autoconceito nesta mesma lógica, e seu comportamento será mais ou menos conforme as

valorações assimiladas. Isto é, as normatizações sócio-históricas, dentro destas complexas sutilezas, sentenciam como ele “deve ser”. Dito de outro modo, o que temos aqui são comportamentos derivados de uma estranha dinâmica de consideração positiva condicional totalmente acrítica: ela é desprovida de tensionamentos ou de problematizações culturais.

Esse privilégio histórico masculinista, como vimos, traz como consequência imediata a desigualdade de gênero. E esta faz todo o sentido para o homem que sente/pensa/age em congruência autorregulatória com este campo hegemônico de valores patriarcais. Se corresponder ao mundo masculino tal como ele se estrutura (congruente e autorregulado com ele), o homem estará “bem adaptado” e seu funcionamento autorrealizante tenderá a confirmar essa adaptação se retroalimentando. Olhando de perto, essa consideração condicional e congruência condicional o que Rogers chama de “rigidez perceptual” (Rogers & Kinget 1977), cuja função, adaptando para o contexto aqui analisado, seria manter e conservar este “padrão machista de *self*”, evitando ameaças ou angústias, a partir da percepção de uma suposta coerência do padrão vigente. Ou, para ser mais claro, a manutenção e conservação dos valores machistas na noção do “eu”.

Em seu modo de funcionar interno como estrutura sociocultural que banca a si mesma, *não* há incongruências no interior do patriarcado e do machismo. Elas se confirmam! A rigidez destas formas de vida garantem, por exemplo, a estabilidade; o poder político e o cerne funcional das relações de gênero, qualificando-as como bem entendem; e a solidariedade entre os seus pares (reconhecimento mútuo). E o ambiente (o meio social) está amplamente conformado a esta estrutura patriarcal, chancelando aquela estabilidade e “naturalidade”. Ou seja, é a própria “casa dos homens”, conforme a metáfora de Daniel Welzer-Lang e lembrada por Zanella (2022).

Acontece que há homens, em eventuais contatos com outras pessoas e/ou grupos que sentem/pensam/vivem de formas muito diferentes das suas, que

percebem (em um nível bastante sutil; não bem discriminado) um certo mal-estar cuja origem, sentido e significado não é identificado. O que está a suceder é a percepção de um desacordo (incongruência) entre sua avaliação pessoal (experiência/avaliação organísmica) e o conceito que faz de si. É claro, isso não é uma ocorrência “natural”. A vivência cotidiana com inúmeros e novos elementos culturais advindos do convívio com aquelas pessoas e/ou grupos sociais e em eventuais embates dialogais, confrontam opiniões, valores, convicções, etc. E, não raro, podem trazer desavenças, discrepâncias entre modelos arraigados e “ideias” de viver, e aquilo que a vida em sua multiplicidade nos mostra. Em suma, o contato com as alteridades que pode nos fazer pesar, ora mais fácil, ora mais difícil, o que sentimos/pensamos/fazemos em nosso viver. A “desnaturalização” dos padrões valorativos patriarcais vigentes começa a ganhar maior visibilidade.

Estas transformações que ocorrem no campo (toda uma história de protestos contra o machismo estrutural nascidos, sobretudo, do movimento feminista e que ocorrem desde os fins do século XX, colocando em uma encruzilhada crítica o modelo de masculinidade vigente, cujo perfil é tradicional e conservador), faz com que o homem venha a experimentar sentimentos de vulnerabilidade e/ou de angústia; ele percebe a incongruência se instaurando entre a estrutura da sua noção de “eu” confrontando-se com as mudanças do seu contexto histórico-cultural, que antes confirmavam aquela concepção de si e, por consequência, que sustentava seu então “jeito de ser” e existir no mundo, marcadamente machista.

Nesta alteração gradativa do campo (entenda-se, da cultura), o homem entra em um inédito (e para muitos, assustador) processo autorregulatório. Porém, não é algo que seja, tão somente, uma adaptação “tranquila”. O ambiente relacional em mudança faz tecer valores em transição: reavaliação de modos de viver considerados “comuns”, “normais”, “aceitos”, intimando reposicionamentos e renomeações que condigam com tudo que ocorre nessas mudanças. A angústia

surge e cresce cada vez mais, enquanto cada vez menos os homens, grosso modo, se dedicam a procurar as raízes deste incômodo.

Rogers (1992) supôs que, nesse momento, o humano movido por tal mal-estar, buscaria ajuda na psicoterapia. Mas, considerando o debate aqui sobre a necessidade do estabelecimento de outras formas de masculinidade, não parece tão fácil essa saída, em que homens possam escolher o processo psicoterapêutico para lidar com esse mal-estar? É tão linear essa passagem de percepção que alguma coisa não está bem para a procura de uma ajuda efetiva? Basta compreender que “precisa de ajuda” para sair de um modo de ser “macho” para se pôr a caminho de se “tornar outro homem”? Essa clareza é tão grande assim? É provável que isso não seja tão simples.

Observando a história do patriarcado e do machismo em todas as suas formas e das “facilidades” que ele traz aos homens, toda vez que essa cultura tão arraigada e presente no nosso cotidiano é de alguma forma ameaçada, pode fazer com que estes mesmos homens se expressem em um comportamento bastante agressivo podendo chegar à violência em muitas formas, pois “o macho” teme perder poder, reconhecimento, e a posição de superioridade em relações nas quais ele se beneficia. Teme perder tudo! Como se estivesse em perigo de ser jogado em algum tipo de solidão e ficar à deriva, à margem, com uma sensação estranha de vulnerabilidade (que em geral ele atribui à mulher) não se reconhecendo mais como homem.

É compreensível que homens procurem ajuda (o psicólogo é só uma possibilidade entre outras). Podem também nada fazer a respeito, esperando que “as coisas se resolvam com o tempo” porque é uma “bobagem”, ou que não é assunto que diga respeito ao “ser homem”, desconversando sobre seus incômodos e/ou ignorando quaisquer situações contextuais que o coloquem na encruzilhada que os desacordos trazem. Isto é, há um entrincheiramento na

rigidez de uma seletividade perceptual, assimilando somente as experiências do campo fenomenológico que confirmam a estrutura da sua noção de “eu”.

Espera-se, numa situação de psicoterapia, que um homem ao ser escutado em seu sofrimento, na crueza desta experiência que lhe toca e atravessa em sua existência particular, possa compreender (tecendo sentidos) que sua situação presente e dolorida o convida a uma tomada de posição protagonista implicando-o em reavaliações na direção de uma responsabilidade frente a seu mal-estar, na esperança de encontrar novos rumos, escolhas ou mesmo formas de viver diferenciadas, ressignificando sua dor.

Neste caso, pode perceber, ainda que com alguma estranheza, que não quer mais viver de acordo com valores que antes sentia como seus, distorcendo suas experiências singulares; sente que não lhe faz bem. Talvez perceba que a vivência da masculinidade hegemônica, por mais benefícios que lhe tragam, exige posturas rígidas e controladoras do seu ser, inibindo em sua personalidade e em seu comportamento, a assunção de modos de ser afeitos a uma autenticidade que lhe toca experiencialmente de modo mais significativo.

Entretanto, é bastante comum em nossa cultura os minguados espaços onde os homens tenham a oportunidade real de poderem explorar outras facetas suas (modos de vida, afetos, pensamentos) sem o risco de serem julgados negativamente, sobretudo por pessoas socialmente significativas para si. Por carecer de ambientes que facilitem contato consigo mesmo de maneira mais profunda, uma avaliação organísmica mais fluida e congruente fica despotencializada, desfavorecendo que homens tenham a possibilidade de experienciar momentos de pura expressividade de si com certas liberdades que sequer desconfiava que poderia exercer. Isso porque ainda vigora hegemonicamente o modo de inexpressão de seus afetos que o patriarcalismo lhe ensinou tão bem.

E este silenciamento cobra um preço alto

porque muitos deles não conseguem falar sobre seus conflitos, por não saberem como falar ou por considerarem que conseguem lidar com pressões e exigências, relutando para buscar ajuda. (Rosostolato, 2018, p. 63)

A via de escape escolhida é mais um tipo de violência: na cultura misógina, homofóbica e sexista, os homens acreditam que “se abrir” a seus afetos, dúvidas, pontos de vista, colocá-los em jogo em um diálogo franco, é um sinal certo de fraqueza. *O silêncio é masculino* e deve ser incentivado (Rosostolato, 2018). Neste contexto em que prevalece uma espécie de lei do silêncio, fica fácil compreender como o *suicídio* tem sido uma das mais recorrentes causas de morte entre os homens.

Na dinâmica das relações humanas dentro do escopo do horizonte dialógico propalado pela ACP, quando o silêncio é quebrado, aquelas relações são postas em movimento, em devir. Podem ser (re)vistas criticamente e, talvez, encontrar novos formatos. Deslocam-se perspectivas quando as alteridades, enquanto formas subjetivas múltiplas de vida, são trazidas são legitimadas, permitindo solo propício para reinvenções. Há que se transcender a incapacidade para o diálogo por meio de potentes relações humanas num empenho dialogal. Isto é, ouvindo para além dos meros ditos, deixando vir os significados efetivos de experiências reais e em andamento num mundo em que se tornou difícil o falar e o ouvir; poder escutar a palavra que quebra a falta da palavra preme de ser dita e significativa, uma fala autêntica, como nos lembra Amatuzzi (2016).

A ACP apresenta-se como uma perspectiva em que os tensionamentos dos homens encontrem um lugar de fala que se afastam de silêncios forçados, misoginia, violências, machismos e homofobia, tecendo novas subjetividades masculinas ao possibilitarem a reestruturação do autoconceito destes homens tão adoecidos pelos modelos patriarcais advindos de seus grupos socialmente significativos. *Desnaturalizar e desfazer-se do “macho” que aprendemos a ser*. E onde

estão esses espaços de acolhimento aos distensionamentos masculinos? Além da *psicoterapia* (individual e/ou grupal), penso que grupos de crescimento, ou seja, uma espécie de *grupo de encontro* com tema previamente estabelecido.

No caso, dedicados ao tema do “tornar-se homem”. Outra possibilidade podem ser as rodas de conversa terapêuticas voltadas para homens. Estas propostas, com os devidos ajustes, podem se converter em atividades de *(re)aprendizagem significativa* em contexto escolar, as quais podem fazer surgir, através dos questionamentos dos papéis masculinos vigentes, outros modos de ser homem.

Em raciocínio semelhante, Rosostolato (2018) sustenta que se o homem for capaz de se situar em outras esferas seguras e não julgadoras, onde perceba o quão nocivos são os valores advindos de um patriarcalismo opressor, talvez ele possa, na escuta de si e de outros que estejam em semelhante percurso, incorrer em comportamentos não reincidentes de violência. É exatamente isso que nos lembrar ao dizer que

sociedade precisa, assim como já acontece com os feminismos, promover encontros, seminários, palestras e organizações sociais que tenham como tema as masculinidades e a necessidade de desconstruir os conceitos e normatizações que engessam muitos homens. (Rosostolato, 2018, p. 67)

No escopo da ACP, este desafio pode ser acolhida na abertura de uma escuta por parte de “outros” que funcionem como alteridades também socialmente significativas, para que as experiências emergjam, passem por um reconhecimento e sejam simbolizadas, proporcionando uma ambiência que seja *presença afetiva*. Sendo escutados e respeitados em suas singularidades, os homens podem trazer à tona toda a dimensão pré-reflexiva das suas experiências marginais, configurando outras formas de subjetivação que são novas formas de viver.

V

As concepções hegemônicas de masculinidade sempre nos mostram toda sua força impositiva, castradora de sensibilidades, mantenedora de uma rigidez perceptual e valorativa que só permitem interpretações monocromáticas de si e do mundo. Mesmo num acolhimento por um outro que os escute, o homem vem carregando o mal-estar do desacordo instaurado; confronta-se consigo como se fosse “um diferente de si”, o que lhe é igualmente penoso. Contudo, nessa querela dialógica, e sente solicitado a ir por outras vias que lhe tragam algum bem-estar, abrindo-se a emoções que ele perceba como “positivas” e as quais ele pode experimentar mesmo que carregue ainda certas posturas masculinistas que podem vir a ser objeto de sua narrativa. Mesmo assim,

é provável que os que vivenciam masculinidades saudáveis consigam ter doses mais altas de emoções positivas do que ele [um outro homem que ainda guarda traços de comportamentos machistas], não por predisposição biológica, **mas pela liberdade em expressar suas emoções**. (Paula; Rocha, 2019, p. 86, negritos meus).

Dito de outro modo, o diálogo numa escuta compreensiva não-avaliativa é ponto nodal para a emergência de afetos/modos de ser que se opõem àqueles “masculinismos”, desnaturalizando-os, chamando os homens à responsabilidade por suas escolhas existenciais e no engajamento para uma autonomia de se dizer (e viver) de novas maneiras, um *tornando-se um outro homem* continuamente. Ou, parafraseando a música da Joyce, “como é que termina? No ciclo do tempo de recomeçar, desfazendo o que sempre esteve lá. Masculino, menino, re-existindo seu lugar”.

É certo que a ACP ainda precisa cada vez mais confrontar-se com as demandas advindas das questões de gênero, pois ela se mostra potencialmente frutífera na escuta e acolhimento das experiências e seus sentidos que aí se veiculam para uma política mais saudável das relações humanas em geral.

Referências

AMATUZZI, Mauro M. **O resgate da fala autêntica na psicoterapia e na educação**. Campinas: Alínea, 2016.

AMATUZZI, Mauro M. **Rogers: ética humanista e psicoterapia**. Campinas: Alínea, 2010.

BELMINO, M. C. **Os movimentos humanista-existencial e fenomenológico-existencial na psicologia**: entrelaçamentos históricos numa narrativa breve. Porto Alegre: Simplíssimo, 2021.

BONÁCIO, D. Representações da masculinidade em crise: legados pós-modernos. In: TASSO I. & NAVARRO, P. (orgs.). Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas. Maringá: Eduem, 2012. p. 231-258.

CARPINTERO, H.; MAYOT, L.; ZALBIDEA, M.A. Condiciones del surgimiento y desarrollo de la Psicología Humanista. **Revista de Filosofía**, v.3(2), n. 3, p. 71-52, 1990.

CASTELO BRANCO, P. C. Do acolhimento da queixa à compreensão da demanda na terapia centrada no cliente. **Revista Brasileira de Psicoterapia**. 21(3), p. 13-24. 2019.

CORRÊA, R. **Monumento para a mulher desconhecida**: ensaios íntimos sobre o feminino. Rio de Janeiro, Rocco, 2022.

BONDIA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n.19, p. 20-28, jan-abr. 2002.

HENAO OSORIO, M. C. Del surgimiento de la psicología humanística a la psicología humanista-existencial de hoy. **Revista Colombiana de Ciencias Sociales**, v.4, n.1, p. 83-100, 2013.

JOYCE. **Feminina**. Rio de Janeiro: EMI, 1980.

LIMA, M. C. S.; CASTELO BRANCO, P. C. Releitura da teoria rogeriana da personalidade sobre os fenômenos da autoimagem corporal e autoestima. **Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea**; 12(1): p. 20-36. 2023.

PAULA, R. C. M.; ROCHA, F. N. Os impactos da masculinidade tóxica no bem-estar do homem contemporâneo: uma reflexão a partir da Psicologia Positiva. **Revista Mosaico**. jul/dez, 10 (2), p. 82-88. 2019.

PÊSSOA, C. Ensaio – Apêndice. In: LAURENTI, C.; LOPES, C. (Orgs.). **Pesquisas teóricas em análise do comportamento**. São Paulo: Instituto Par, 2024.

ROGERS, C. R. As condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica de personalidade. In: WOOD, J. K. **Abordagem centrada na pessoa**. 6a ed. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2020.

ROGERS, C. R. **Novas formas de amor**: o casamento e suas alternativas. 8a ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1990.

ROGERS, C. R. **Terapia centrada no cliente**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

ROGERS, C. R. **Sobre o poder pessoal**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

ROGERS, C. R.; KINGET, M. **Psicoterapia e relações humanas**: teoria e prática da terapia não-diretiva. Belo Horizonte: Interlivros, 1977. Vol.1.

ROSOSTOLATO, B. O homem cansado: uma breve leitura das masculinidades hegemônicas e a decadência patriarcal. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. 29(1), p. 57-70. 2018.

ZANELLO, V. **A prateleira do amor**: sobre mulheres, homens e relações. Curitiba: Appris, 2022.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesse

Contribuição dos autores

Concepção e conceitualização: CRSP

Redação do manuscrito original: CRSP

Curadoria de dados: Não se aplica

Análise de dados: Não se aplica

Redação textual: CRSP

Supervisão: Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação, ética e consentimento

Não se aplica.
